



DOSSIÊ

**TransVerso (2015):**
uma leitura *Queer* e *Quare*
sobre-vivência de mulheres trans
e travestis de/em Maringá (PR)

George Rodrigues Muniz, *Universidade Estadual de Maringá (UEM)*
Geniane Diamante Ferreira Ferreira, *Universidade Estadual de Maringá (UEM)*

Resumo. O presente estudo analisa narrativas de seis mulheres trans e travestis da cidade de Maringá - PR no curta-documentário *TransVerso* (2015). Por meio de uma leitura teórico-interpretativa de excertos narrativos, ancorada nas teorias *Queer* (Miskolci, 2012; Lewis, 2018) e na analítica *Quare* (Johnson; Morais, 2020, 2022), o estudo busca compreender como as sujeitas-narradoras constroem sentidos sobre suas experiências cotidianas de (re)existência em uma sociedade marcada pela transfobia, pelo racismo e pela exclusão social, sobretudo no interior paranaense. As narrativas revelam trajetórias de luta, afirmação identitária e produção de humanidade, nas quais a reivindicação do reconhecimento enquanto sujeitas de direito configura-se como gesto político e epistemológico de enfrentamento ao CISTema (Nascimento, 2021), afirmando modos de existência e sobre-vivência.

PALAVRAS-CHAVE: (Re)existência. Teoria *Queer*. Analítica *Quare*.



Posicionamento inicial

Val, muda seu jeito de ser, porque, no dia que jogarem terra na minha cara, você e o seu pai não vai existir pra mais ninguém! (Meg, apelido de família Val, *TransVerso*, 2015).

Narrativas são caracterizadas por um enredo composto por personagens, espaço, tempo e narrador(es/as). São histórias, performances e ações que constroem o(s) discurso(s). Narrar o real ou o imaginário é ir ao encontro de lugares, sujeitos/as, corpos, pessoas, lutas e (des)esperança. Mas quando o ato de narrar se torna sobre-vivência¹? Quando narrar é gesto de enfrentamento diante do apagamento sistemático de certos corpos e existências das narrativas hegemônicas do cotidiano? As histórias aqui mobilizadas são narrativas não-ficcionais, autobiográficas, contadas por sujeitas-narradoras não cisgêneras, sobre-viventes de uma sociedade estruturalmente discriminatória no que concerne aos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Essas narrativas integram o curta-documentário *TransVerso* (2015), audiovisual que se constitui como espaço de enunciação de vidas que historicamente foram relegadas à margem do dizível.

Publicado no canal de/pela documentarista brasileira Fernanda Eda Paz, o curta-documentário apresenta narrativas cotidianas de seis mulheres trans e travestis da cidade de Maringá, município do interior do Paraná: Silvana, a Még/Val ou Genival (seu vulgo, o apelido de família e o nome com o qual assina, em sequência, conforme mencionado por ela), Rose, professora Daniele, Paula e Clotilde ou Mãe Clô. A produção visual apresenta as mulheres em enquadramentos que possibilitam o íntimo, com cenas de seu próprio contexto, como o corredor de uma faculdade, um terreiro de umbanda, uma cozinha e um quarto. As narrativas atravessam temas como família, religião, amor(es), profissões e preconceito, compondo *imagens-narrativas*² (Silva, 2019) de realidades que se confrontam e se tensionam. Seis mulheres, seis

¹ Fazemos uso da forma “sobre-vivência”, com hífen, no sentido de evidenciar a dimensão de viver apesar de e para além de contextos de exclusão.

² Tomamos de empréstimo o termo-conceitual da autora, e concordamos que “a potência do existir em redes de conhecimentos e memórias narradas acionam significados outros nas/pelas/com as imagens. Imagens são narrativas compartilhadas, saberes compartilhados, lugares e presenças compartilhadas” (Silva, 2019, p. 102).

histórias, marcas que as enlaçam, as constituem e, também, as posicionam socialmente como abjetos (Kristeva, 1980), tanto nos dizeres das próprias sujeitas quanto na estrutura sócio-histórica em que estão inseridas.

Ao tomar essas narrativas como lugar de produção de sentidos, este artigo, com o objetivo de compreender como mulheres trans e travestis do interior paranaense constroem percepções sobre suas experiências cotidianas de (re)existência, se orienta pela seguinte questão-problema-reflexão: quais as formas pelas quais as narrativas contadas por seis mulheres trans e travestis retratam estratégias de (re)existência em contextos marcados pela transfobia e exclusão social? Compreendidos como registros de vida, memória, (re)existência, os dizeres narrativos (nos) convocam uma leitura atenta às fissuras, aos silêncios, às dores e às invenções que sustentam a sobre-vivência cotidiana.

Procedimentos de leitura teórico-interpretativo das narrativas

Sendo o material de análise o curta-documentário *TransVerso* (2015), o *corpus* é constituído por recortes de falas-narrativas das seis sujeitas-narradoras enunciadas no audiovisual. A definição desses recortes ocorreu a partir de sucessivas visualizações do documentário, com atenção aos momentos em que as narrativas explicitam experiências relacionadas às trajetórias pessoais, familiares, profissionais, religiosas e às situações de violência e discriminação vivenciadas. Os procedimentos de leitura envolveram a identificação, o recorte e a transcrição literal dos excertos selecionados. Em seguida, esses excertos foram organizados de modo a possibilitar a análise de recorrências, deslocamentos e tensões discursivas, considerando as intersecções de gênero, raça e classe manifestas nas narrativas, bem como maior densidade analítica em relação à problemática proposta.

A leitura do *corpus* adota uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativista, ou seja, “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 34). Trata-se de uma leitura teórico-interpretativa orientada pela teoria *Queer* (Miskolci, 2012; Lewis, 2018) e pela analítica *Quare* (Moraes, 2020; 2022), mobilizadas como operadores de leitura.



Os excertos são tomados como produções discursivas situadas, lidas em articulação com seus contextos de enunciação e com os referenciais teóricos definidos, compreendendo teoria e leitura como movimentos indissociáveis, ir e vir analítico.

Sobre-vivências documentadas: teoria *Queer* e analítica *Quare*

Considerando o gênero audiovisual documentário e as narrativas das seis sujeitas-narradoras, partimos da compreensão de que o mundo representado precede o posicionamento da câmera. Como afirma Tomaim (2019, p. 118) “o mundo representado no filme já existe antes mesmo de a câmera ser posicionada diante dele”, o que implica reconhecer que a imagem documental resulta do encontro entre o realizado e uma realidade já constituída, “[...] sendo que no documentário esta realidade implica no encontro com um sujeito-outro” (Tomaim, 2019, p. 119). Encontro este que não é neutro: trata-se de uma relação atravessada por afetos, exposições e implicações mútuas. À frente (e por detrás) de um dispositivo, o documentar afeta³ tanto quem olha quanto quem é olhado, quem ouve e quem fala, no inquietar do “encontro social” (Tomaim, 2009, p. 54) com o outro.

Esse “outro” que, na cena documental, aparece situado em zonas de exclusão e invisibilidade. Como aponta Ayub (2014), com base em Michel Foucault, trata-se de vidas relegadas à marginalidade que revelam, em suas experiências de precarização, muito sobre as estruturas que sustentam a própria exclusão que as atravessa. Nesse sentido, consideramos a reflexão da pedagoga, doutora em Educação e travesti Letícia Nascimento que, em *Transfeminismo* (2021, p. 36), ao tratar das existências de mulheres transexuais e travestis na condição de ser o outro, as define, em suas outreridades, como “[...] o Outro do Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher”.

Nesse (des)encontro com o outro, observamos os ditos e os dizeres de sujeitas não cisgêneras no curta-documentário sob uma leitura teórica *Queer* e pela analítica *Quare*, que apresentamos aqui brevemente, ambas

³ “[...] o efeito da ação de um corpo sobre outro, em seu encontro” (Rolnik, 2011, p. 57).

importantes para pensar a desestabilização de normas de gênero e sexualidade, tendo em vista, também, raça e classe, na perspectiva *Quare*. Em *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (2012), Richard Miskolci apresenta as origens históricas da teoria com um olhar atento ao – seu – espaço escolar, esse lugar disciplinar, de corporalidades outras, que “sob regime ditatorial militar, vivia sob a sombra de uma ordem política e social que girava em torno de um poder eminentemente masculino” (Miskolci, 2012, p. 10).

O que hoje chamamos de queer, em termos tanto políticos quanto teóricos, surgiu como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e às demandas daqueles que, na década de 1960, eram chamados de novos movimentos sociais (Miskolci, 2012, p. 21).

Partindo desse contexto, Miskolci (2012) afirma que o ano de 1960 marcou o surgimento e a afirmação de movimentos sociais que desestabilizavam o sistema: “[...] movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual” (Miskolci, 2012, p. 21). Tais movimentos questionavam as normas morais, bem como demandas que envolviam corpo e sexualidade. Já nos anos 1980, a epidemia de AIDS nos EUA “[...] gerou um dos maiores pânicos sexuais de todos os tempos, associado, no caso norte-americano, a uma recusa estatal em reconhecer a emergência de saúde pública” (Miskolci, 2012, p. 23). O regime reacionário negligenciou a epidemia e grupos como ACT UP (Coalizão Contra a AIDS Para Libertar o Poder, tradução nossa) e Queer Nation surgiram. Ainda de acordo com o autor, “a AIDS, portanto, foi um catalisador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais” (Miskolci, 2012, p. 24) manifestadas por esses grupos.

O movimento *Queer*, então, surge para criticar as normas que (re)produziam estigmas e, conseqüentemente, a exclusão, descortinando que a violência incide sobre todos/as que fogem dos padrões, não apenas homossexuais. Richard Miskolci sustenta que “muito da atração que o queer tem, inclusive na sociedade brasileira, deriva do fato de que não são apenas homossexuais que se sentem em contradição com as normas”, ou seja, “há muito mais pessoas em desacordo com as convenções culturais, com as obrigações que nos são impostas em termos de comportamento” (Miskolci, 2012, p. 26). Porém, segundo



Souza (2017, p. 311), “[...] vale ressaltar que muitos autores responsáveis pelo desenvolvimento de conceitos e princípios rotulados como teoria queer nunca usaram a expressão teoria queer para definirem suas obras”.

O termo Queer consolidou-se no início da década de 1990, associado tanto ao ativismo político quanto à produção acadêmica de autores e autoras influenciados pelo pós-estruturalismo e pelos feminismos (Souza, 2017; Moraes, 2020; Lewis, 2018). Para Moraes (2020, p. 34),

Embora os estudos queer sejam um generoso filão a partir do qual a teorização do gênero e da sexualidade tenha avançado a passos largos, são insuficientes para lidar com uma categoria de sujeitos cindidos por identidades raciais/étnicas e de classe. É justamente dessa necessidade premente que nascem os estudos quare, enquanto projeto disciplinar intervencionista, engajando-se tanto na política da diferença quanto na política do racismo, implementando uma jurisdição na qual os sujeitos ditos “abjetos” ou da “subclasse” podem celebrar sua(s) identidade(s).

Cunhado por Patrick Johnson, o termo quare “[...] propõe a reconceptualização dos estudos queer, visando a transformar o “simplesmente *queer*” em *quare*, a fim de abranger as categorias de raça/etnia e classe e viabilizar uma estratégia de leitura da sexualidade racializada e politizada” (Moraes, 2023, p. 19). No texto *Estudos ‘quare’ ou (quase) tudo o que sei sobre estudos queer aprendi com minha avó*, Johnson (2001) apresenta essa noção estabelecendo, diríamos, um diálogo que desestabiliza noções que negligenciam as intersecções que atravessam os corpos, que beneficiam e reconhecem determinados/as sujeitos/as em detrimento de outras/os. Dialogando com essa proposta, Akotirene (2019) reforça que a interseccionalidade exige que raça, classe e gênero sejam tratados em igualdade analítica.

Johnson (2001, p. 46) destaca, portanto, que “‘*Quare*’, em contrapartida, não só transpassa as identidades, mas também as articula. ‘*Quare*’ oferece uma maneira de criticar noções estáveis de identidade e, ao mesmo tempo, situar o conhecimento de raça e de classe”. Como apontado por Moraes (2022, p. 8), “dentre os acertos da promissora analítica, que, em seu esforço de coesão, viabiliza uma estratégia de

leitura da sexualidade, Johnson, em investigação sistemática, não deixa de considerar a materialidade do corpo”. Tanto a materialidade do corpo como “[...] corpos em sua materialidade – territórios amiúde convertidos em um local de hostilidade e selvageria, onde coerções e violências racistas e/ou sexistas e/ou trans/homofóbicas são perpetradas” (Moraes, 2022, p. 8).

Cabe ressaltar que não intentamos tecer críticas à teoria *Queer* clássica, mesmo considerando que seu desdobrar não contemplou explicitamente questões interseccionais. Reconhecemos, entretanto, o(s) aporte(s) da analítica *Quare*, que coloca tais questões no âmago. Isto posto, partimos para a leitura do nosso *corpus*, considerando “[...] os corpos em sua materialidade” (Moraes, 2022, p. 8), vemos as narrativas de sobre-vivências à vista da teoria *Queer* e da analítica *Quare*.

Não somos extraterrestres: somos seres humanos!

As seis sujeitas-narradoras se apresentam em espaços distintos: casa, quarto, o terreiro de umbanda e o contexto acadêmico; lugares de existência e de vida. A primeira é Paula, que se questiona, ao pensar como deve começar a falar sobre si: pela idade? por suas experiências? Ela é dona de casa e coordenadora de um abrigo que acolhe pessoas LGBTQIAPN+⁴ e marca o seu lugar político em sua própria apresentação. Em seguida, conhecemos Silvana, mulher negra, cabelereira, que (nos) recebe em seu quarto, o qual ela chama de “ninho de amor”. Még, como gosta de ser chamada, ou Val, apelido de família, derivado de Genival, seu nome de batismo, afirma: “esse é o nome desse viado aqui”, e aparenta ser mais velha, quer seja de aparência, quer seja de idade e, consequentemente, de vivências.

Rose, por sua vez, vem de uma família tradicional escocesa e, ao ser questionada sobre como se identifica, responde, simplesmente: “como mulher”. Vive com os filhos e com a mãe deles. Já Daniele, professora da rede estadual de ensino de Sarandi e Maringá, pesquisadora na Universidade Estadual de Maringá, fala a partir do espaço acadêmico e do lugar que ocupa nele, local em que também reinscreve sua

⁴ A sigla se refere a diferentes identidades de gênero e orientações sexuais: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/as, queer, intersexuais, pansexuais, não binárias. O + representa as identidades de gênero e orientações sexuais que possam existir além dessas. (Alvares, 2024, *BeeCorp* – LGBTQIAPN+. Disponível em: <https://beecorp.com.br/lgbtqiapn/>. Acesso em: 18 out. 2025).



(re)existência como mulher, travesti e educadora. Por fim, mãe Clotilde, ou mãe Clô, 54 anos, mulher negra, umbandista, se autodefine como “bem resolvida”: “mulher de cabeça, de alma, de corpo e pronto”.

O (des)encontro dessas mulheres trans e travestis em suas singularidades é atravessado por experiências de (re)existência: à margem das normas, dos sistemas político, religioso e epistemológico do/no interior paranaense. Nomear-se, dizer quem são, onde estão e expor suas feridas abertas é, como diz a sujeita-narradora Paula, e retomando o título desta sessão, desvelar o que são: humanas. Esse gesto se inscreve em um contexto mais amplo de criminalização das transgeneridades e de consequente não reconhecimento dessas experiências como humanas, o que as posiciona socialmente como “[...] estrangeiras do gênero” (Nascimento, 2021, p. 34).

É a partir dessa condição de estrangeiridade, nesse não lugar, que as sujeitas-narradoras constroem suas identidades (Nascimento, 2021), sendo, como aponta Rose, mulher, ou como Val, “viado”, em suas mulheridades e feminilidades: mulheridades como “processos de produção social dessa categoria” mulher, e “por sua vez, o termo ‘feminilidades’ é uma categoria usada de forma a entender os modos pelos quais sujeitas [...] dialogam com o que o imaginário social determina como ‘feminino’” (Nascimento, 2021, p. 20). É nesse tensionamento entre o que se espera do “feminino” e as experiências travestis e transexuais, que esses corpos estranhos, controlados, hostilizados, que desestabilizam as normas binárias construídas socialmente, inscrevem suas narrativas.

Daniele, por exemplo, afirma que, ao entrar na universidade, não achava que iria permanecer: “vou ficar 15 dias aqui estudando e não vou aguentar”. Sua vivência como travesti no espaço acadêmico confronta o discurso social que, em suas palavras, já tem um conceito definido de que “travesti e transexual só servem para prostituição”. Consideradas desviantes, quando estão ocupando uma sala de aula como professoras/pesquisadoras e sujeitas de direito, são situadas na “[...] posição de pessoas pouco confiáveis para servir de exemplo às novas gerações, portanto, inadequadas para estar em sala de aula, frente a ‘inocentes’ crianças e jovens” (Seffner e Reidel, 2015, p. 446).

A narrativa da Daniele se materializa na fala da Paula. Segundo ela, “a própria sociedade joga a travesti na rua e, depois, começa a condená-la: ‘Olha aquela puta, aquela safada, aquela sem-vergonha’, sendo que foi a própria sociedade que não abriu portas para uma transexual”. Observamos que, ao narrar, ela expressa um desabafo sobre um não-lugar dado a seus corpos: retiram espaços tanto do mercado de trabalho formal quanto do da educação, rejeitando suas existências.

Também lhes falta pertencimento na família. Még, que demonstra não ter tido o ensino básico e, desde muito nova, tem sua identidade invadida pelo “o que você é?”, diz que um de seus sentimentos mais dolorosos é que nenhum de seus parentes a aceita, manifestando a saudade que tem da finada mãe. Isso reforça o que Daniele narra ao pensar na importância do amparo familiar:

[...] A minha mãe não me expulsou de casa, e muitas pessoas, quando assumem sua orientação sexual, têm os pais que acabam expulsando de casa... Para onde eu vou? A sociedade já me discrimina, já tem um conceito sobre mim, já tem um conceito sobre o homossexual [...] Então, o que me sobra? Por mais que eu tente procurar viver uma vida diferente, eu preciso de apoio. E qual é esse apoio se minha mãe não me dá, se meu pai não me dá? Uma base é sempre importante para uma pessoa que se assume homossexual, que se assume transexual, que se assume travesti [...] (Fala da sujeita-narradora Daniele).

O “Para onde eu vou?” marca a vivência de (muitas) trans e travestis, e a palavra *onde*, advérbio relativo que indica lugar, para elas, é uma interrogação: *onde*? Que lugar é esse senão as margens? Em lugares sociais e benquistos, de direito e de humanidade, suas passagens “suscitam piadas, agressões, reclamações, e outras formas de violência e discriminação” (Macdowell, 2008, p. 5-6), como se “estivessem acabando com o mundo”. Desse modo, vemos a relevância da analítica *Quare*, fundamental por recusar leituras reducionistas que isolam sexualidade, gênero, raça ou/e classe. Ainda que a estabilidade financeira não seja suficiente para suplantar a transfobia, o racismo estrutural e a exclusão social, ela incide diretamente sobre as formas de exposição à violência e sobre as possibilidades de agência e sobre-vivência. Para conseguir sobre-viver, uma vez que são afastadas das oportunidades de trabalho bem como de educação, como vimos anteriormente, muitas vezes o que resta é a prostituição. Rose, por



exemplo, diz que, quando ela, sujeita não cisgênera, chega em um lugar maquiada, de salto e trajes “femininos”, as pessoas a atacam: “Já jogaram pedra em mim, já jogaram lata, entendeu?! Aqui na cidade, as outras trans que vivem de programa, a maioria, de vez em quando são espancadas na rua, e não há como fazer nada”.

Ainda no que concerne ao questionamento “Para onde eu vou?”, e retomando o mesmo texto de Macdowell – *Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade* (2008) – o autor explica que: “A ‘rua’, como as profissionais do sexo se referem aos espaços públicos de prostituição, aparece muitas vezes como o principal lugar de socialização para as travestis” (p. 7). Esse é um lugar não somente de violação, mas também de violência contra seus corpos e seus lares. Rose narra que as pessoas “tacam pedra” em sua casa, rasgam os pneus de seu carro com faca, e que, ao registrar boletim de ocorrência, a “piada” na delegacia se torna justamente a sua presença:

Não tem nada, não posso fazer nada... Mas como assim? Isso não é um ato de violência? ‘É um ato de violência, mas enquanto não for contigo, não posso fazer nada.’ Aí eu falei: ‘Ah, então tem que esperar alguém me dar uma facada e um tiro pra eu vir aqui pedir ajuda da polícia... Então não tem jeito, ainda correndo o risco de tomar uma “zorbada” dos outros e ouvir: “Ué, mas tu é assim e quer o quê? Olha o jeito que tu anda, olha como é que é? É normal isso!”’.

Consoante Moraes (2020, p. 2), “ser implica existir, mas a reversão dessa premissa resulta implausível. Ser, para além de existir, é ter vida, ter autonomia, ter visibilidade, é sobreviver”. Existir, para essas sujeitas, significa negociar constantemente as condições mínimas de permanência no mundo. *Ser*, por sua vez, exige reconhecimento, proteção institucional e legitimidade simbólica. A diferença entre ambos não é meramente semântica; ela estrutura o modo como o Estado, a família e os espaços públicos respondem (ou se omitem) diante das violências narradas. É nesse hiato que a analítica *Quare* se mostra produtiva, pois permite compreender como determinadas vidas são mantidas em estado de tolerância precária, mas não de cidadania plena.

A (re)existência da Rose, explícita no excerto acima, reflete em tantas outras e marca exatamente essa ausência de condições de *ser* em um contexto que tão somente lhe autoriza *existir*, e com limitações. Sua presença, e das demais, é tolerada, mas seus ferimentos simbólicos não são validados com a atenção e proteção que precisam como humana(s). A recusa institucional em recebê-las e conseqüentemente em reconhecer a violência sofrida, deixa à vista o limite entre *existir* e *ser*. Suas experiências são naturalizadas e seus corpos, deslegitimados. Para Ferreira; Gershenson e Rodrigues (2018, p. 423-424),

[...] supostamente seria respeitoso em relação às travestis e transexuais por outros critérios que não a necessidade intrínseca de respeito, havendo, neste, uma justificação extra: seja a residência fixa, a família “estruturada” ou a profissão, seja o controle de si quanto à expressão de gênero. É como se a identidade trans, por definição, representasse uma espécie de agressividade aos demais, entabulando ausência de respeito e devendo ser relativizada a fim de que essa mesma categoria pudesse ser demandada, em retorno, junto às outras pessoas.

Még narra: “eu sou feliz, pra tudo e pra todos. Mas, pra mim mesmo... não. Gosto da minha vida, gosto de mim, mas acho que... na minha... eu mereço um pouco mais de respeito”. E “é nesse sentido que os estudos *qu岸*, [...] incitam-nos à prática, à ação, à luta pelo desmantelamento de hierarquias e de estruturas institucionais opressivas e o implemento de um novo cenário” (Moraes, 2022, p. 37). Para Még, mais que existir, mais que ser alguém no mundo, ela quer ser respeitada no corpo em que habita. Mas, no CISTema, entendido por Nascimento (2021) como a junção de sistema + cisgênero, ou seja, uma sociedade formada por pessoas que se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento, com base nas genitálias, dentro do binário homem/mulher, as sujeitas são “[...] completas *outsiders* no CISTema sexo-gênero-desejo, desafiando não apenas os limites de uma inteligibilidade de gênero, mas também os do próprio reconhecimento enquanto seres humanos” (Nascimento, 2021, p. 37).

Mãe Clô narra que já teve 19 companheiros, e sobre o amor e o ato de amar ela diz que “a gente precisa estar sempre preparado para amar de novo. Amar não faz mal; só faz bem”. Ela complementa: “hoje eu vejo o amor para mim como uma coisa boa: serve, serve; se não serve, vai servir para alguém”. Nesse excerto observamos que, o sentir da



sujeita-narradora vai além do contato afetivo imediato, mas uma manifestação de autonomia, escolha e afirmação da própria vida, para além de experiência tão-somente íntima, ela busca por uma paz pessoal que também cruza o respeito exigido por Még. Tanto o respeito quanto o afeto por elas reivindicado se ligam diretamente à humanidade que lhes é negada.

Para Silvana, uma mulher travesti negra, o racismo e a transfobia pairam sobre seu corpo diariamente, e quando se é um corpo dissidente e negro, essas “[...] duas vertentes (desoladoras) de um mesmo discurso, a saber, aquele do ódio” (Morais, 2022, p. 38) a discriminação se manifesta de maneira interseccional. Ela narra, destacando sua negritude: “você imagine, preconceito pela raça negra, e ainda ‘viado’ preto, ainda, você quer o quê? É preconceito, racismo demais”. Daí a relevância da analítica *Quare* para este estudo. Moraes (2022) aponta a importância de incorporar raça e classe quando se trata de sujeitas/os *Queer e Quare* de/em grupos racializados. Se a interseccionalidade nos permite compreender como racismo, transfobia e precarização econômica operam simultaneamente sobre o corpo de Silvana, a analítica *Quare* desloca o foco para o modo como tais violências são sustentadas por um regime de normalidade que define quais vidas são inteligíveis. Nesse sentido, não se trata apenas de reconhecer a sobreposição de marcadores, mas de interrogar o próprio CISTema (Nascimento, 2021) que organiza essas classificações e distribui humanidade de maneira desigual. A experiência de Silvana é (re)produzida na fratura entre raça, gênero e dissidência sexual em um espaço interiorano que regula pertencimento e autoriza exclusões.

Ao serem questionadas sobre cirurgias de redesignação sexual, a sujeita-narradora Silvana, assim como Paula, relata que está aguardando o procedimento: “Eu já fiz todas as papeladas, né?! Já passei por psicólogo e psiquiatra pra ver se é isso mesmo que eu quero, né, porque não é fácil. Se eu tivesse dinheiro, eu pagaria e iria para a Tailândia fazer minha cirurgia.” Para Paula, será um momento de grande realização “de corpo e alma”. Mãe Clô relata que já foi indagada sobre a mudança de nome, o que não pretende realizar. Para ela, aos 54 anos, sendo (re)conhecida como tal, não há necessidade de passar por esse processo de mudança, assim como “operar”, outro confronto com seu próprio

corpo sendo questionado pelo CISTema (Nascimento, 2021). Val, ao ser perguntada, destaca:

Nunca, nunca! Não tem porque tirar o que mais as mariconas⁵ gostam. Eu nunca quis ser mulher, eu nunca quis ser mulher. Eu admiro... eu sou trans, me traveco porque eu gosto do jeito que as mulheres se vestem.

A narrativa de Val demonstra que nem todas as trajetórias de sujeitas trans e travestis implicam a busca por cirurgia de redesignação ou pela afirmação de um gênero considerado “normativo”. A semelhança entre as histórias reside muito mais no preconceito (e sua reivindicação por reconhecimento de sua humanidade) que em suas trajetórias. Sobre isso Nascimento (2021, p. 41) vai dizer que “a categoria mulher como ideal performativo imposto pelo CISTema sexo-gênero-desejo é, então, estraçalhada, emergindo as mulheridades, feminilidades, travestigeneridades e outras experiências como possibilidades”. Assim sendo, a relação de Val com o corpo e com sua identidade é marcada pelo prazer em *transgredir* e reinventar-se dentro de seus próprios conceitos, sem que isso passe necessariamente pelo bisturi ou por normas sociais, pois, de acordo com Letícia Nascimento (2021, p. 97):

[...] “mulheres com pau” existem, estão entre nós, transfeministas, e essa existência não pode, de modo algum, deslegitimar a pauta de garantir a ampliação desse direito presente no SUS. A ideia continua sendo lutar contra o excesso de diagnósticos, a lentidão burocrática do processo, a oferta reduzida, e, principalmente, não inviabilizar as vivências de mulheres transexuais redesignadas dentro do transfeminismo. O conceito de autodeterminação nos permite validar experiências diversas de corpos travestigêneres, com ou sem próteses, com ou sem pelos, com ou sem cirurgias. É preciso insistir no que temos em comum, que é a não adequação aos discursos cisgêneros, a ideia de que nossos genitais determinam qualquer verdade sobre nossos corpos.

Nesse sentido, a observação de Rose ao narrar sobre o processo de autoaceitação é potente: “o pior problema que uma pessoa trans tem é esse, né?! Demora muito pra ela se aceitar. A primeira briga é com ela

⁵ [...] serve para identificar, classificar e até mesmo desqualificar gays e travestis mais velhos e funciona como um distintivo geracional e estético [...] o uso da expressão com sentido pejorativo entre as travestis vai depender do contexto em que ela vem a ser empregada (Nogueira, 2013, p. 27).



mesma, entendeu? É um auto se decepcionar consigo mesmo”. As narrativas das seis sujeitas-narradoras tensionam a fronteira entre *existir* e *ser* (Morais, 2021), tornando visível o invisível e invisibilizado pela sociedade, e que suas vidas não cabem nas margens que o CISTema (Nascimento, 2021) insiste em lhes impor. Narrar ou gritar, mesmo sem levantar a voz, “não somos extraterrestres”, é um gesto sociopolítico e epistemológico: é afirmar a humanidade de corpos que a sociedade insiste em desumanizar. São histórias e estórias de (re)existência que, ao mesmo tempo em que denunciam violências, produzem deslocamentos e abrem frestas de reconhecimento; desconstroem a lógica da exclusão e (re)afirmam que *ser* trans e travesti é, antes de tudo, *ser* humana e/é sobre-viver.

Considerações sobre-vivências

Retomamos à narrativa de Val, apresentada na epígrafe, e podemos compreendê-la não apenas como um relato situado no espaço do íntimo, mas como um gesto de insurgência entre o *ser* e o *existir* (Morais, 2020). Val e suas companheiras, ora distantes, mostram-se mais próximas do que se imaginam. Ao narrar suas próprias dores e humanidade, tensionam o lugar de abjeção (Kristeva, 1980) no qual a sociedade insiste em colocá-las e, ao fazê-lo, convertem suas narrativas em *imagem-viva*, em *imagem-narrativa* (Silva, 2019) que desloca fronteiras e reivindica presença. As narrativas apresentadas no documentário *TransVerso* (2015) não se limitam a representar corpos trans e travestis; elas constroem modos de ver e de ser vistos que desestabilizam o olhar normativo do CISTema (Nascimento, 2021).

Em Silvana, Val, Rose, Daniele, Paula e Mãe Clô, o abjeto ganha voz e rosto, subverte o silenciamento e ocupa o espaço simbólico do humano. São corpos que, ao se narrarem, recusam o confinamento imposto pelo CISTema (Nascimento, 2021) e inscrevem novas possibilidades de sobre-viver. Nesse movimento, a leitura à luz da teoria *queer* e da analítica *quare* permitiu compreender tais narrativas como modos de (re)existência. Enquanto o *queer* denuncia as tecnologias de poder que regulam corpos e desejos, o *quare* amplia essa crítica ao

inscrever raça, classe e território como dimensões constitutivas das experiências de/do *ser* e *existir*.

Portanto, as vozes-narrativas que ecoam no documentário compõem um arquivo-vivo (de) sobre-vivência: corpos que performam o *ser* para além do *existir*. Se, para a mãe de Val, a morte seria o limite da lembrança, o documentário, as narrativas e as teorias aqui mobilizados mostram o contrário: enquanto houver narrativas e sujeitas-narradoras que testemunhem suas vidas, Val e tantas outras continuarão a (re)existir, subvertendo as divisas do humano e de humanidade, instaurando, no gesto de narrar, o direito radical de *ser*.

Referências:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

AYUB, João Paulo. O “outro” infame às margens do mesmo. **Emblemas - Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC**, v. 11, n. 1, p. 15-23, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/view/35713/18574>. Acesso em: 11 jan. 2026.

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson; RODRIGUES, Marcelli Cipriani. Segurança pública e violência simbólica: as identidades trans entre o reconhecimento e a (in)visibilidade. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 419–433, jun. 2018. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14734/2/Seguranca_publica_e_violencia_simbolica_as_identidades_trans_entre_o_reconhecimento_e_a_in_visibilidade.pdf. Acesso: 09 fev. 2026.

JOHNSON, Elondust Patrick. Estudos quare ou (quase) – tudo o que sei sobre estudos queer aprendi com minha avó. In: MORAIS, Fernando Luís de. **Analítica quare**: como ler o humano. Salvador: Devires, 2020, p. 79 a 124.

LEWIS, Elizabeth Sara. Do “léxico gay” à Linguística Queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias Queer. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 675–690, out.



2018. Disponível em:
<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2049>.
Acesso em: 11 fev. 2026.

MACDOWELL, Pedro de Lemos. Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambú. **Anais eletrônicos** [...], Galoá, 2008, p. 1-14. Disponível em: <https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2008/trabalhos/geografia-do-genero-do-nao-lugar-de-travestis-e-outros-abjetos-na-cidade?lang=pt-br#>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3ª. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

MORAIS, Fernando Luís de. **Literatura (d)e resistência**: o grito aguerrido de escritores quare. 2023. 252 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus de São José do Rio Preto, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1c180631-4fd6-4cao-b4co-634d44d4077c/content>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MORAIS, Fernando Luís de. Traduzindo a “bixa-preta”: Imbricações interseccionais na poética de Thomas Grimes. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 38, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/60372>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MORAIS, Fernando Luís de. **Analítica Quare**: como ler o humano. Editora Devires, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa. **“Mariconas”**: itinerários da velhice travesti, (des)montagens e (in)visibilidades. 232 f. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de

Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7314>. Acesso: 11 fev. 2026.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, p. 1-16, mar. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=702078545015>. Acesso em: 11 fev. 2026.

PAZ, Fernanda Eda. **TransVerso** [documentário]. Publicado no canal Fernanda Eda Paz no YouTube, 11 maio 2015. Disponível em: https://youtu.be/lm3y_q75BTE. Acesso em: 3 ago. 2025.

ROLNIK, Suely. Só há real social. In: ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2ª reimpr. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011, p. 57-65.

SEFFNER, Fernando; REIDEL, Marina. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 445-454, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/seffner-reidel.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SILVA, Francilene Brito da. Mulheres e crianças afrodescendentes nas artes visuais brasileiras: imagens-narrativas educam. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 92-104, set/dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/47236>. Acesso em: 11 fev. 2026.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SOUZA, Eloisio Moulin de. A Teoria *Queer* e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p.



308–326, maio/jun 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rac/a/NprSqjinqvb7F9WCtzYg9yMn/?lang=pt>.
Acesso em: 9 jan. 2026.

TOMAIM, Cássio dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, São Paulo, v. 46, n. 51, p. 114-134, 2019. Disponível em:
https://revistas.usp.br/significacao/pt_BR/article/view/147902. Acesso em: 9 jan. 2026.

TOMAIM, Cássio dos Santos. O documentário como chave para a nossa memória afetiva. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 53-69, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69830992004>. Acesso em: 9 jan. 2026.

TransVerso (2015): a *Queer* and *Quare* reading of the over-survival of trans women and travestis from/in Maringá – PR

Abstract: This study analyzes the narratives of six trans women and travestis from the city of Maringá, Paraná, as presented in the short documentary *TransVerso* (2015). Through a theoretical-interpretive reading of selected narrative excerpts, grounded in Queer theories (Miskolci, 2012; Lewis, 2018) and in Quare analytics (Johnson; Moraes, 2020, 2022), the study seeks to understand how the narrating subjects construct meaning around their everyday experiences of (re)existence within a society marked by transphobia, racism, and social exclusion, particularly in the interior of the state of Paraná. The narratives reveal trajectories of struggle, identity affirmation, and the production of humanity, in which the claim for recognition as subjects of rights emerges as a political and epistemological gesture of resistance against the CISTema (Nascimento, 2021), thereby affirming modes of existence and survival.

Keywords: (Re)existence. *Queer* Theory. *Quare* Analytics.

George Rodrigues MUNIZ,
Universidade Estadual de Maringá

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestrando em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (PLE-UEM), na área de concentração em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso.

<https://orcid.org/0009-0008-8681-5599>



Geniane Diamante Ferreira FERREIRA,
Universidade Estadual de Maringá

Licenciada em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), instituição na qual também obteve os títulos de Mestre e Doutora em Letras, com ênfase em Estudos Literários. Atua como Professora Adjunta de Literaturas em Língua Inglesa na mesma instituição, bem como integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE-UEM).

<https://orcid.org/0000-0003-4955-3338>

*Recebido em: 13/01/2026
Aprovado em: 10/03/2026*